

Maria Backhouse



Fair Fuels? Working Paper 6

A desapropriação sustentável da Amazônia

O caso dos investimentos em dendê no Pará

Fair Fuels?

Zwischen Sackgasse und Energiewende: Eine sozial-ökologische Mehrebenenanalyse transnationaler Biokraftstoffpolitik

Impressum

Autora:

Maria Backhouse

Contato: maria.backhouse@fu-berlin.de

Tradutor: Fernando dos Santos Baldraia Sousa

Contato: fbaldraia@gmail.com

Direção do projeto:

Institut für ökologische Wirtschaftsforschung (IÖW), Berlin

Potsdamer Str. 105, 10785 Berlin

www.ioew.de

Instituições parceiras:

Instituto de Estudos Latino Americanos (LAI), Freien Universität Berlin

Rüdesheimer Str. 54-56, 14195 Berlin

www.lai.fu-berlin.de/pt

Deutsches Institut für Entwicklungspolitik (DIE)

Im Tulpenfeld 6, 53113 Bonn

www.die-gdi.de

Citação

Backhouse, Maria (2013): A desapropriação sustentável da Amazônia. O caso de investimentos em dendê no Pará, Fair Fuels? Working Paper 6, Berlin.

A presente contribuição foi desenvolvida no âmbito do projeto “Fair Fuels? Entre sucumbir ou mudar as fontes de energia: uma multidimensional análise socioecológica da política transnacional para biocombustíveis”, o qual integra o programa “Pesquisa Socioecológica” (SÖF – *Sozial-ökologische Forschung*), financiado pelo Ministério Alemão da Educação e Pesquisa Científica (BMBF). Para mais informações consulte os sites www.fair-fuels.de/en e www.sozial-oekologische-forschung.org.

Berlim, setembro 2013

GEFÖRDERT VOM



Índice

1	Introdução	5
2	Green Grabbing sob a perspectiva da ecologia política	7
2.1	Crise sócio-ecológica	8
2.2	<i>Green Grabbing</i> e a acumulação primitiva continuada.....	9
3	A expansão das plantações de palma de óleo no Pará.....	11
3.1	O Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma	12
4	Novos atores	14
5	Green grabbing	16
5.1	Reestruturação das relações de acesso à e propriedade da terra I: Compra e especulação	17
5.2	Reestruturação das relações de acesso à e propriedade da terra II: Titulação acelerada	18
5.3	Reestruturação das relações de produção I: Agricultura familiar por contrato.....	18
5.4	Reestruturação das relações de produção II: O trabalho nas plantações.....	20
5.5	<i>Green grabbing</i> : estratégia das empresas.....	21
5.6	A narrativa das áreas degradadas.....	22
6	Conclusão	24
	Bibliografia.....	26

Resumo

O Brasil é um dos maiores produtores e consumidores de agrocombustíveis do mundo. Afim de diversificar sua base de matérias-primas para o biodiesel, que tem atualmente 80% de sua produção oriunda do óleo de soja, desde 2010 vem sendo promovida na Amazônia Legal a produção de óleo de palma através de um programa fomentado pelo Estado. O objetivo político da iniciativa é, por intermédio da implementação de um cultivo ecologicamente sustentável em áreas chamadas “antropizadas” ou “degradadas”, construir uma situação de “triplo ganho”, isto é, um cenário em que setor de óleo de palma, proteção ao meio ambiente, assim como desenvolvimento rural sejam igualmente beneficiados.

Com base em levantamento empírico fruto de trabalho de campo realizado no Pará, argumenta-se neste artigo que o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo desencadeia em verdade um processo de *green grabbing*. Sob esta denominação vêm sendo discutidos atualmente variados processos de tomada, apropriação ou privatização de terras impulsionados por medidas de proteção ao meio ambiente ou ao clima. No caso aqui estudado, este processo apresenta três características correlacionadas: a crescente concentração do controle sobre o acesso à e uso da terra levada a cabo pelo complexo agroindustrial de óleo de palma, novas alianças entre empresas transnacionais, Estado e elites locais e, por fim, a legitimação da exploração agroindustrial de áreas denominadas como “degradadas”, com a finalidade de proteção ao clima.

Abstract

Brazil is one of the largest agrofuel producers and consumers in the world. In order to diversify the raw material basis of agrodiesel, of which 80% are currently produced from soy oil, palm oil production has been promoted through a state program in the Amazon Basin since 2010. By a sustainable implementation of oil palms on so-called degraded lands, the political aim is to contribute to a triple win situation for the palm oil industry, climate change policy, as well as, rural development.

The paper challenges this aim by arguing on the basis of an empirical field research in Pará that the expansion of palm oil production actually is an expression of green grabbing. Green grabbing refers to different processes of enclosure, land grabbing, or privatization processes that are initiated by environmental or climate protection measures. Green grabbing is characterized by an increasingly concentrated control over land access and land use in the palm oil sector, new alliances between transnational corporations, state and local elites, as well as, a legitimization of the agro-industrial use of so-called degraded areas for climate protection.

1 Introdução¹

A produção mundial de óleo de palma aumentou de 4,5 para 52,3 milhões de toneladas entre 1980 e 2012 (USDA 2012c). De acordo com as projeções da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) essa tendência de crescimento deve prosseguir ao longo das próximas décadas (OECD/FAO 2012: 134) e conduzir à expansão da produção em mais de 40 países (Teoh 2010: 5).

A exemplo do que ocorre com outras *flex-crop*², a utilização do óleo de palma varia segundo o preço vigente no mercado, podendo ser empregado no setor de alimentos, farmacêutico ou de agrocombustíveis.³ Além disso, pelo fato de oferecer maior produtividade por área cultivada do que o de soja, o óleo de palma é considerado uma alternativa causadora de menor impacto sobre o clima.

Não obstante, seu cultivo se tornou alvo de críticas, e acabou por contribuir para uma crescente rejeição do financiamento estatal à produção de agrocombustíveis na Europa (Pye 2008: 429), dado que plantações de palma de óleo com finalidades agroindustriais vêm sendo vistas como a principal razão da destruição de florestas, aumento das emissões de carbono e deslocamento forçado de comunidades tradicionais e de agricultores familiares no sudeste asiático (Dudley, 1997; Hooijer et al. 2006; Friends Of The Earth, 2006; Greenpeace, 2007, 2008). Tais críticas têm conduzido não a uma alteração substantiva das atuais políticas agrária e de proteção ao clima, mas antes a uma nova, supostamente *sustentável* estratégia: a fomentação da produção de óleo de palma em áreas chamadas “degradadas”. Para evitar que este processo acarrete a expulsão da população local, tem-se recomendado a inclusão desta na cadeia produtiva (Deininger et al. 2011).

O Brasil parece estar perseguindo também esta estratégia. Até o presente momento o país não desempenha um papel importante na produção mundial de óleo de palma e importa mais da metade daquilo que consome. Eis a razão pela qual o governo federal agora investe num programa de expansão do setor. Diferentemente do ocorrido no sudoeste asiático, a variante brasileira objetiva ser sustentável, e foi planejada de modo a restringir-se à terras antropizadas, preferencialmente pastagens degradadas no estado do Pará (EMBRAPA & MAPA, 2010). Áreas de proteção ambiental e territórios de comunidades tradicionais nas regiões destinadas às plantações de palma de óleo deverão permanecer resguardadas. Linhas especiais de crédito e regulamentação de cotas deverão garantir que a agricultura familiar⁴ seja formalmente integrada ao setor. Esses planos foram recebidos positivamente por organizações internacionais. O Banco Mundial, em seu Documento Estratégico para Produção Sustentável de Óleo de Palma, cita elogiosamente o plano brasileiro de cultivo da palma de óleo em “terras abandonadas, degradadas e há muito desflorestadas” (Banco Mundial 2011: 18).

¹ Esta publicação é uma tradução de Backhouse (2013a).

² Sobre o conceito de *flex-crop* ver Borrás et al. (2011: 14).

³ Usamos o termo agrocombustíveis em vez de biocombustíveis porque o prefixo *bio* sugere uma produção ecológica ou sustentável o que não é o caso da produção agroindustrial de combustíveis à base de trigo, de soja, cana, dendê.

⁴ “Neste trabalho, a expressão “agricultura familiar” é usada como conceito operacional para qualquer unidade de produção em que a mão de obra familiar predomina em mais de 90% do pessoal ocupado.” Hurtienne (2005: 21).

Em contraposição à essas avaliações, gostaríamos de argumentar, com base em trabalho de campo⁵ realizado no estado do Pará, que o *Programa Federal de Produção Sustentável de Óleo de Palma* tem conduzido não àquela mencionada situação de “triplo ganho”, em que setor produtivo de óleo de palma, proteção ambiental e desenvolvimento rural são simultaneamente beneficiados, senão intensificado um fenômeno que há décadas tem tido lugar na região: o controle sobre acesso à e uso da terra através do agronegócio transnacional. Comunidades tradicionais e agricultura familiar têm nisso menos a ganhar do que a perder. Em contraste com a violência empregada nos anos 80, os atuais processos de apropriação de terras ocorrem de maneira em boa medida “pacífica” e, apresentados como projetos ecologicamente sustentáveis e de desenvolvimento em áreas já antropizadas, atravessam o debate público praticamente livres de questionamento. Essa aparentemente pacífica imposição do agronegócio ancorada em parâmetros de sustentabilidade ecológica apontam, em nossa opinião, para o fenômeno denominado *green grabbing*.

Sob essa denominação vem sendo discutidos processos de apropriação de terra impulsionados por estratégias de proteção ao clima e ao meio ambiente (Vidal, 2008; Fairhead et al. 2012; Corson & MacDonald, 2012; Nalepa & Bauer, 2012). A supressão da agricultura familiar e de outras formas tradicionais de uso da terra levada a cabo pelo setor de agronegócio não é em absoluto algo novo, acontece já há décadas. Novo no *green grabbing* é antes o modo de sua legitimação, efetivada na fixação de critérios ecológicos, numa estratégia de apropriação aparentemente participativa e no estabelecimento de alianças novas entre os atores envolvidos, tais como empresas transnacionais, Estado, elites locais e em alguns casos ONGs (ambientalistas) (Corson & MacDonald, 2012: 263). A ampla legitimidade concedida à exploração agroindustrial de áreas supostamente degradadas tem profundas implicações políticas, uma vez que, como se procurará demonstrar neste artigo, dificulta a oposição ou resistência ao Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma.

A argumentação será desenvolvida em cinco etapas: primeiramente, se delineará o marco analítico dessa investigação, que tem como base o conceito marxista de *acumulação primitiva continuada* (parte 2), ao qual sucede uma introdução à temática da recente expansão do setor de óleo de palma no Pará e a daí decorrente mudança na constelação de atores sociais envolvidos (partes 3 e 4). A seguir, procede-se uma descrição das principais dinâmicas do *green grabbing*, o responsável por colocar em marcha uma reordenação do controle e do acesso aos recursos naturais na região (parte 5). Ainda neste tópico trataremos da questão da legitimação discursiva da atual modalidade de apropriação de terras como sustentável, e então dos desdobramentos políticos deste processo. Por fim, apresenta-se um resumo da argumentação (parte 6).

⁵ Em estadias de pesquisa que se estenderam por vários meses entre os anos de 2010 (outubro até dezembro) e 2011 (março até julho), foram levantados dados qualitativos em Brasília, Belém e em cinco municípios paraenses (Moju, Acará, Tomé-Açú, Concórdia e Bujaru), os quais foram complementados com dados secundários e literatura não-acadêmica. Este trabalho de campo foi empreendido como parte de tese de doutorado realizada no âmbito do projeto “Fair Fuels” (www.fair-fuels.de), financiado pelo Ministério Alemão da Educação e Pesquisa Científica (BMBF). Agradeço especialmente a Prof. Dr. Rosa Acevedo, ao Prof. Dr. Thomas Hurtienne e Luciano da Penha pelo apoio e cooperação.

2 Green Grabbing sob a perspectiva da ecologia política

O presente estudo situa-se na área da Ecologia Política (*Political Ecology*). O termo refere-se a um amplo campo de pesquisas cujo desenvolvimento remonta aos anos 70. Denominador comum das diferentes abordagens que o conformam é a conceituação de problemas ambientais como questões de natureza eminentemente política. Por essa razão, crises ecológicas – como esgotamento do solo ou mudança do clima – não podem ser analisadas fora da teia de relações de poder sociais e transnacionais⁶ nas quais estão inseridas (Blaikie & Brookfield, 1987; Bryant & Bailey, 2005; Escobar, 2008; Acsehrad et al. 2008; Robbins, 2010; Peet & Watts, 2010).

Para pensar a relação entre natureza e sociedade, recorro à abordagem dialética das *relações entre sociedade e natureza* (em alemão *gesellschaftliche Naturverhältnisse*), elaborada por Christoph Görg (1999, 2004c, 2008). Segundo Görg, a natureza não existe como essência, senão como algo produzido através da apropriação social. A maneira como os recursos naturais são cientificamente ou culturalmente construídos não é, porém, neutra naquilo que concerne às relações de poder. Se uma determinada região se vê classificada como degradada, para que ali seja cultivada matéria-prima para produção de agrocombustíveis, levanta-se pois, por um lado, a questão relativa a quem foi confiada a autoridade de classificá-la como tal, uma vez que inexistente uma definição universalmente válida de área degradada (Blaikie & Brookfield, 1987; Nalepa & Bauer, 2012). Por outro lado, é também de se perguntar quem viria a auferir lucros do fato dessa matéria-prima para agrocombustíveis vir a ser produzida em áreas supostamente degradadas).

Isso não significa, entretanto, que natureza seja aqui entendida exclusivamente como um construto. Eis porque não se contesta, por exemplo, que a fertilidade do solo seja suscetível de se reduzir (Blaikie & Brookfield, 1987). O caráter inovador da abordagem de Görg reside exatamente no fato de que ela nos permite pensar materialidade física da natureza (Wissen, 2008). Essa materialidade mostra-se, no caso da palma de óleo, na necessidade que possui esse vegetal de um clima tropical para se desenvolver e a despeito de otimizações tecnológicas somente depois de sete anos alcança sua melhor safra. Não obstante, a maneira como ela é produzida e comercializada ao redor do mundo é inseparavelmente ligada ao modo social, capitalista de sua apropriação.

A incontabilidade da materialidade da natureza se mostra nitidamente à experiência sensível também quando de sua manifestação na forma de catástrofes naturais, mudança climática ou infestação de plantações por pragas ou doenças. Crises ecológicas deste tipo evidenciam também a contradição do modo de produção capitalista, que constantemente ignora a materialidade da natureza, muito embora seja dela dependente (por exemplo, de recursos naturais ou combustíveis fósseis) (Altvater, 2006).

⁶ Com conceito de transnacionalidade pretende-se aqui considerar relações sociais e de poder para além dos limites nacionais, sem, contudo, subestimar a importância do Estado Nacional.

2.1 Crise sócio-ecológica

À luz destas observações, aderimos à hipótese, segundo a qual há algumas décadas uma “crise sócio-ecológica vem se agravando, um complexo de variadas e interconectadas dinâmicas de crise que concernem ao clima, energia e recursos naturais, uma crise da agricultura familiar e uma crise alimentar” (Bader et al. 2011: 16). Este “complexo de crises sócio-ecológicas” é, de uma perspectiva marxista, articulada com a crise do capitalismo financeiro neoliberal (Bader et al. 2011), que aqui, recorrendo a David Harvey, será entendida como uma “crise de superacumulação” iniciada já nos anos 70 (Harvey, 2005). Porém, em virtude da materialidade da natureza não é possível derivar o fenômeno da crise sócio-ecológica simplesmente da crise econômica atual. Crises sócio-ecológicas tem dinâmicas temporais e espaciais próprias, que se desenvolvem com certo grau de autonomia relativamente à outras dimensões sociais e econômicas (Bader et al. 2011: 13).

A acumulação primitiva continuada – entendida como estabelecimento ou reestruturação das relações capitalistas de produção e de propriedade – pode, neste contexto, aparecer como uma estratégia de enfrentamento das crises, na medida em que através de desapropriações, cercamentos ou da imposição de relações capitalista de propriedade, novos espaços de acumulação são conquistados (terras cultiváveis) ou criados (mercado de créditos de carbono). Desta maneira, aponta Christian Zeller, a atual crise sócio-ecológica abre ao capital novas possibilidades de alocação do capital excedente (Zeller, 2010: 103). Ela pode, igualmente, desencadear a apropriação de terras para, digamos, produzir matérias-primas para agrocombustíveis. Eis a razão pela qual gostaríamos de argumentar que o chamado *green grabbing*, especialmente através da capitalização da natureza, é um elemento central do enfrentamento das crises.

A principal ideologia legitimadora e ao mesmo tempo “programa político” dessa estratégia de enfrentamento da crise é, como em muitos outros âmbitos do social, a “doutrina” do “neoliberalismo” (Harvey, 2007: 8). O núcleo da ideologia neoliberal consiste na ideia de que um estado de prosperidade generalizada pode ser alcançado através da salvaguarda do direito à propriedade privada, livre mercado, assim como redução do Estado à função de garantidor do arcabouço institucional necessário a isto (ibidem). Crescentemente incutida em todas as esferas sociais, essa doutrina legitima o processo pelo qual recursos naturais – supostamente para sua própria proteção – são cercados, privatizados e transformados em mercadoria. O que aqui se realiza não é uma neoliberalização apenas dos recursos naturais, senão também das medidas de proteção ao meio ambiente (Fairhead et al. 2012).

Consoante o contexto regional e o desenho dos conflitos sociais em jogo a doutrina neoliberal tem sido implantada em diferentes graus e assumido formas variadas. Assim, tomando as palavras de Noel Castree, prefere-se falar aqui não de neoliberalismo, mas sim de neoliberalização da natureza (Castree, 2010).

2.2 Green Grabbing e a acumulação primitiva continuada

Com o conceito de acumulação primitiva Marx descreve, tomando o caso da Inglaterra como exemplo, a transição do feudalismo para o capitalismo como um processo em que os camponeses são separados de seus meios de produção. No centro dessa análise se encontra a explicação da formação histórica do modo de produção capitalista, que se caracteriza pela oposição entre capital e trabalho (MEW 23: 741–791).

Entender a acumulação primitiva não como uma fase histórica singular, restrita à fase inicial de formação do capitalismo, senão como traço permanente desse modo de produção, é o denominador comum de um gama de autores (Zeller, 2004: 12; Harvey, 2005; De Angelis, 2001; 2012; Glassman, 2006; Görg, 2004a, b; Kalmring, 2006). É também o horizonte teórico ao qual se filia o presente estudo. Essa concepção retoma a interpretação da obra de Marx feita por Rosa Luxemburgo (Luxemburgo 1923), para quem o capitalismo necessita de um exterior não-capitalista (espaços ou relações sociais não-capitalistas) afim de poder reproduzir-se nas fases de crises (De Angelis, 2012).

Em nossa opinião, o desdobramento do conceito de acumulação primitiva feito por Massimo de Angelis é inovador porque o foco analítico passa a ser dirigido às implicações políticas do processo de separação entre produtores e meios de produção (De Angelis, 2001). Angelis entende essa separação como um processo sempre em disputa e, por essa razão, *contingente* em seu transcorrer histórico. Se em uma determinada região o agronegócio irá ou não se impor a outras formas de uso da terra depende *também* dos atores, suas alianças e estratégias de ação e de resistência. Na análise de tais processos, o voltar da atenção aos atores, seus atritos e resistências contém um potencial subversivo e emancipador.

Separações caracterizam o sistema capitalista de produção. Uma vez produzida, uma separação se reproduzirá em grau sempre crescente (MEW 23: 742). Diferentemente de processos de separação no transcorrer normal da acumulação, trata-se no caso da chamada acumulação primitiva, da produção primeira de relações sociais capitalistas com a natureza ou, mais precisamente, na profunda reestruturação dessas relações, agora, porém, alavancadas pelo capitalismo (De Angelis, 2001: 8f.). Característico da acumulação primitiva continuada é o fato de que o processo de separação é posto em ação através de forças extraeconômicas, como o financiamento estatal, rearranjos jurídicos na legislação pertinente ou violência. Quando o processo se mostra convincente do ponto de vista ideológico ou discursivo, é dizer, quando se torna hegemônico (em sentido gramsciano) (Hall 1989), pode ser levado adiante de maneira pacífica (Kelly, 2011). Assim, é atenuada a violência estrutural encerrada neste processo de separação.

Acumulação primitiva continuada é aqui entendida não em seu sentido marxista ortodoxo, como lei econômica, senão como um conceito flexível para a análise de transformações sociais (Kalmring, 2006; Kelly, 2011). Nisto consiste seu potencial analítico no diagnóstico de questões contemporâneas (Görg 2004b: 1501). Este conceito pode ser empregado tanto na análise de processos históricos de separação relativos à fase de formação do capitalismo, como na das atuais dinâmicas, cujo contexto é delineado pelas estratégias de enfrentamento de crises (De Angelis, 2001: 5). Consequentemente, o conceito é usado de maneira diversificada, cobrindo de análises que vão da precarização do trabalho até privatização do patrimônio público ou de *commons* (De Angelis, 2012).

Na área de pesquisa agrária crítica o conceito de acumulação primitiva vem há décadas sendo usado para explicar a transição rumo a uma agricultura de tipo capitalista (Bernstein, 2010: 27). Em pesquisas sobre a Amazônia, a trajetória deste conceito remonta à década de 70, quando, relativamente ao contexto de ocupação territorial promovido pela ditadura militar na região, era empregado na explicação do estabelecimento do capitalismo em espaços não-capitalistas (Velho, 1972; Foweraker, 1981; Martins, 2009). Orientadas por uma visão dualista e economicista, estas análises conduziam precipitadamente à conclusão de que a agricultura familiar estava fadada ao desaparecimento (Costa, 1989; Cleary, 1993). Assim, conflitos e estratégias de sobrevivência, bem como formas possíveis de coexistência entre diferentes sistemas de utilização dos recursos naturais disponíveis não eram levados suficientemente em conta (Léna & Oliveira 1992). Ao mesmo tempo, partia-se do pressuposto de que o projeto hegemônico capitalista sairia vitorioso. Não obstante, muitos dos grandes empreendimentos capitalistas iniciados na década de 70 foram os primeiros a serem considerados fracassados já em meados dos anos 90 (Cleary, 1993). Isso *mostra* que ganhadores e perdedores em processos de separação, assim como seu desfecho, não podem ser fixados de antemão.

O conceito de acumulação primitiva continuada na acepção de Angelis oferece a vantagem de, pelo fato de manter-se focado na luta de classes, isto é, nos atores envolvidos no processo de separação, tornar inteligíveis as contradições e contingências do processo de apropriação de terras. Tudo isso sem perder de vista contextos estruturais transnacionais – uma crise sócio-ecológica, por exemplo.

Apropriação de terras não envolve forçosamente grilagem ou investimentos estrangeiros diretos, senão abrangem também formas legais de atuação, como a aquisição de grandes extensões de terra ou a incorporação formal de agricultores familiares na indústria do agronegócio (Borras et al. 2011: 11). Tais processos podem vir acompanhados de novas definições da legislação concernente ao tema. Sem uma análise das relações de poder que atravessam o contexto jurídico envolvido, a exigência do direito à propriedade privada corre o risco de passar ao largo do problema (Peluso & Lund, 2011: 674).

Quando nos referimos a *green grabbing* com base no conceito de acumulação primitiva continuada, temos em mente, portanto, não apenas a constatação, de que uma – há décadas existente e cada vez mais acentuada – concentração de terras nas mãos das elites locais continua a ter lugar, mas sobretudo que tal processo implica uma *reestruturação de relações sociais*. Reestruturação esta que é impulsionada por uma nova ordenação relações de propriedade, como acontece no caso da privatização de terras, ou através da inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva agroindustrial. No ato mesmo de sua consecução este processo é legitimado ideologicamente pela doutrina neoliberal, e ganha assim contornos de projeto hegemônico. Por essa razão, concebemos o *green grabbing* como um processo também discursivo. No adjetivo "green" (verde) ancora-se um crescente consenso de natureza neoliberal que trespassa transversalmente o campo político e preconiza a mercadorização de recursos naturais como o meio mais eficaz de protegê-los (Corson & MacDonald, 2012: 264). Especialmente eficiente se torna tal processo quando mesmo atores críticos se convencem da inevitabilidade da via agroindustrial para geração de energia renovável ou proteção de áreas de preservação ambiental supostamente valiosas.

O chamado *green grabbing* caracteriza-se então pelo fato de que o uso da e o acesso à terra são controlados pelo setor agroindustrial de óleo de palma, o qual, em interesse próprio, reorganiza e legitima a atividade como "sustentável". Logo, as dimensões fundamentais da análise do problema devem ser:

- A nova ordenação das relações de propriedade da terra;
- O ora em curso processo de proletarianização [dos agricultores familiares] através dos contratos de trabalho nas plantações de palma de óleo.
- A narrativa concernente às áreas “degradadas” e às nocivas práticas agrícolas próprias da agricultura familiar, articulada para legitimação do *green grabbing* na região da Amazônia Legal.

Essas três dimensões serão abordadas levando-se em conta seu desenvolvimento historicamente contextualizado. Da perspectiva centrada na constelação de atores sociais envolvidos, procurar-se-á analisar como esta vem se modificando ao longo do tempo e de quais estratégias se serve. Da perspectiva voltada às relações dialéticas entre sociedade e a natureza, será considerada a específica materialidade da palma de óleo.

3 A expansão das plantações de palma de óleo no Pará

A palma de óleo não é nativa do Brasil. Foram escravos oriundos da África Ocidental que a introduziram no século XVI no Nordeste brasileiro, na região hoje correspondente à Bahia. O óleo de palma (popularmente conhecido como dendê), um importante ingrediente da culinária afro-brasileira, é cultivado sobretudo em regime de agricultura familiar de subsistência (Watkins, 2001). A espécie foi transplantada para a região amazônica em 1942 (Silva et al. 2011), onde, a partir dos anos 70, seu plantio passou a ser subsidiado pelo Estado como parte do plano de colonização da região, e também pelo fato da espécie ter sido considerada apta para reflorestamento (Homma & Furlan Júnior, 2001; Furlan Junior et al. 2006). O grupo alvo dos estímulos financeiros foram empresas e bancos interessados em investir no plantio de palma de óleo. A exemplo de outros grandes projetos então empreendidos na região, também esse foi marcado por apropriações ilegais de terras (grilagem) e violentos conflitos fundiários (Acevedo, 2010). Já à época agricultores familiares deveriam ter sido integrados ao setor, coisa que, entretanto, nunca foi realizada (Cruz, 2006: 65). O programa de financiamento de biodiesel produzido a partir do óleo de palma estava também em pauta já nos anos 80, e igualmente não foi levado a cabo, em virtude de problemas técnicos e do decrescente preço do óleo. No final dos anos 80 já não havia nenhum interesse político no financiamento público da produção de óleo de palma, levando a cessar definitivamente a alocação de verbas para o programa (Homma & Furlan Júnior José, 2001). O programa de produção de óleo de palma na região amazônica significou, pois, nos seus princípios, um fracasso. Por essa razão o crescimento do cultivo de palma de óleo na região apresenta-se como insignificante se comparado com a expansão da pecuária bovina ou de outras espécies de vegetais. Em 2009, a área cultivada com palma de óleo no Pará⁷ alcançava apenas 50.000 hectares (IBGE 2009).

O ponto de inflexão no setor de óleo de palma na Amazônia situa-se entre 2002 e 2006, quando do projeto piloto de agricultura familiar por contrato, o qual foi implementado como PPP (Parceria-Pública-Privada) entre a empresa brasileira Agropalma, 185 famílias de agricultores familiares e o

⁷ Considerando o Brasil inteiro, foram cultivados neste mesmo ano 70.000 hectares com palma de óleo, EMBRAPA Agroenergia (2011: 18).

Governo do Estado do Pará⁸. O setor experimenta uma primeira onda de expansão a partir de 2007, quando a empresa canadense Biopalma começa a adquirir terras nos municípios paraenses de Moju e Concórdia⁹.

3.1 O Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma

Em 2010, o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma foi lançado publicamente pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cidade de Tomé-Açu. A iniciativa fazia parte dos esforços do Governo Federal visando robustecer a posição do Brasil como potência agroexportadora e energética (Backhouse & Dietz 2012), assim como parte do plano de implantação de grandes projetos de infraestrutura na região amazônica. Ao mesmo tempo, o governo tencionava combinar sua política para os setores de energia e desenvolvimento (agrário) com as aspirações transnacionais de proteção ao clima e ao meio ambiente. O programa apresentava-se, portanto, como uma multifacetada estratégia de enfrentamento das crises sócio-ecológicas transnacionais:

- A curto prazo, o objetivo do programa era cobrir a demanda doméstica nos setores de alimentício e de cosméticos, os quais importam mais de 50% de suas necessidades¹⁰.
- A médio prazo, deveria cumprir a meta – traçada pelo governo – de diversificar a matriz energética do biodiesel, que tem em média 80% de produção baseada no óleo de soja, um resíduo da produção de farelo para a ração animal, gênero cuja demanda tem crescido devido ao aumento do consumo mundial de proteína animal.
- O governo supunha ainda que a necessidade de mão de obra intensiva proveniente da expansão das plantações de palma de óleo pudesse dar impulso ao desenvolvimento de regiões rurais através da geração de empregos¹¹. A população local deveria ser integrada à produção ou como assalariados nas plantações ou através de linhas especiais de crédito destinadas a agricultura familiar por contrato. A esperança era de que através dessa integração a produção de biodiesel, cujo mercado funciona sob regulação estatal, se apresentasse como uma experiência diferente daquela da cana-de-açúcar no setor de

⁸ Nos primeiros três projetos pilotos, cada um dos quais envolvendo 50 famílias, cada qual recebeu dez hectares, de uma área total de 1.500 hectares. Assim dividida, esta plantação foi posta à disposição pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Em 2006, sob os auspícios do Programa Nacional de Biodiesel, foi implementado um outro programa, dessa vez abrangendo 35 famílias oriundas de um assentamento do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). Cada família dispunha nesse programa de seis hectares para cultivo. Esses dados foram coletados em entrevistas realizadas com membros do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Banco da Amazônia S/A (BASA) e da empresa Agropalma em novembro de 2010 e abril, maio, junho e julho de 2011.

⁹ Fonte dessas informações foram entrevistas com agricultores e sindicalistas em março, maio e junho de 2011. Ademais, existe uma denúncia, feita em 2008 por quilombolas da região de Concórdia, relativa à venda ilegal e retirada forçada dos títulos de propriedade de suas terras. Tal denúncia foi publicada pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e pela Associação das Universidades Amazônicas (UNAMAZ), onde se encontra agora arquivada.

¹⁰ Segundo a Embrapa, 63% do óleo de palma usado pelas indústrias de cosméticos, alimentícia e química no Brasil em 2009 foi importado (vgl EMBRAPA; Agroenergia 2011: 7).

¹¹ Diferentemente da produção de soja, onde predomina a mecanização, o cultivo da palma de óleo requer intenso emprego de mão-de-obra. São necessários em média 350 trabalhadores para cada 1000 hectares plantados. Hütz-Adams (2011).

etanol¹², na medida em que agora novas perspectivas econômicas para a agricultura familiar seriam efetivamente abertas. Assim, a linha de crédito do PRONAF-Eco foi elevada (em 2011) a oitenta mil reais. Tal medida atende de certa forma as exigências impostas pela própria materialidade da palma de óleo, a qual exige um alto investimento inicial¹³, dado oferecer seus primeiros frutos somente depois de três anos, sendo as melhores safras alcançadas entre o décimo e décimo oitavo anos. A partir do vigésimo ano a planta entra gradativamente na fase final de seu ciclo produtivo, que pode durar até 30 anos. A exemplo do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB)¹⁴, um selo social foi criado afim de garantir a integração da agricultura familiar ao mercado de agrocombustíveis: empresas que se comprometerem a utilizar em sua produção pelo menos 15% óleo de palma oriundo do cultivo em regime de agricultura familiar estão aptas a receber esse selo e, através dele, gozar tanto de isenção de impostos como de condições preferenciais na venda de seus produtos no mercado nacional.

- No concernente à política ambiental, um plano de zoneamento agroecológico (ZAE) foi elaborado afim de garantir que somente áreas desflorestadas (antes de 2008) recebessem plantações de palma de óleo e que as taxas de sequestro de carbono alcançassem os níveis mais altos possíveis. Assim, 31,8 milhões de hectares das chamadas “áreas antropizadas” na Amazônia e do Nordeste brasileiro foram consideradas apropriadas ao cultivo de palma de óleo (EMBRAPA & MAPA 2010). Ficou vedada a exploração agroindustrial do dendê em áreas de proteção ambiental e em territórios pertencentes às comunidades tradicionais. Linhas de crédito para pequenos, médios e grandes produtores rurais foram abertas por meio do programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono), instituído pelo governo com a finalidade de implementar compromisso facultativamente assumido na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2009, realizada em Copenhague (Dinamarca)¹⁵.

A principal área produtora está situada no Nordeste do Estado do Pará. Segundo o Embrapa, há em toda região 44 municípios e algo em torno de 5,5 milhões de hectares apropriados ao plantio de palma de óleo (Muller et al. 2006). Neste perímetro, de acordo com informações fornecidas por políticos locais e pelas empresas do setor, a precedência no cultivo será dada às chamadas “áreas degradadas” – especialmente pastagens abandonadas. A favor da região nordeste do Pará conta ainda sua localização, próxima a portos e à capital, Belém, e afastada de *hotspots* de biodiversidade.

¹² A produção de etanol para abastecimento da frota automobilística nacional começou a receber subsídio estatal através do Proalcool ainda nos anos 70. O programa, entretanto, beneficiou exclusivamente as elites agrárias. Borges et al. (1984).

¹³ O Banco Mundial estima que esta quantia varie de 4000 a 8000 dólares por hectare, Hütz-Adams (2011: 8).

¹⁴ A meta do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), lançado em 2004, é contribuir para a autossuficiência energética, assim como para o combate à pobreza nas regiões rurais através da integração da agricultura familiar ao setor de biodiesel. Ver: www.mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel (acessado em 24.10.2012).

¹⁵ O objetivo do governo é promover por meio do ABC a exploração sustentável de áreas degradadas afim de reduzir os níveis de emissão de gás carbônico da agroindústria e com isso diminuir a pressão exercida sobre as florestas nativas. Para isso devem ser financiadas plantações comerciais de palma de óleo, mas sobretudo de eucalipto, árvore utilizada na produção de celulose e carvão. MAPA (2010: 44); MAPA (2012: 28f.).

4 Novos atores

Três anos já se passaram desde o lançamento do programa pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As plantações de palma de óleo na região nordeste do Pará quase triplicaram neste período, alcançando 140 mil hectares (Glass 2013). Até a metade de 2012, ao todo 649 famílias de agricultores familiares haviam fechado contratos para produção de óleo de palma com empresas ligadas do setor (MDA 2012).

A inseparavelmente social e física materialidade da agroindústria do óleo de palma se inscreve progressivamente na paisagem. Retalhada à semelhança de um tabuleiro de xadrez, surgem vastas plantações, cada uma delas podendo se estender por uma extensão de até 10.000 hectares – os chamados *polos* – em cujo centro se encontram as instalações para processamento da produção. As parcelas lavradas em regime de agricultura familiar espalham-se por um perímetro de no máximo 30 quilômetros relativamente aos polos. Como os frutos colhidos precisam ser processados dentro de 24 horas, faz-se necessário um aprimorado empenho logístico, que envolve rígida organização do trabalho, infraestrutura de transporte adequada (estradas, vias fluviais, pontes, portos, etc.).

Companhias de atuação transnacional, como a estatal da área de energia Petrobras, a mineradora Vale (antigamente Vale do Rio Doce) ou a multinacional norte-americana ADM (*Archer Daniels Midland Company*) têm investido em plantações de palma de óleo e na indústria de processamento do produto. Estas grandes corporações desenvolvem estudos a respeito do sequestro de carbono nas plantações por elas recém-estabelecidas e entram na concorrência por terras e mão de obra com as empresas de produção de óleo de palma ora existentes na região. Segundo estimativas de engenheiros agrônomos consultados, plantações de palma de óleo deverão cobrir nas próximas décadas uma área que pode variar de um a quatro milhões de hectares. Atualmente, a dinâmica de expansão é liderada por duas grandes companhias – Petrobras e Vale – as quais perseguem diferentes objetivos¹⁶:

A Petrobras recebeu do governo a incumbência de produzir um total de 450.000 toneladas de óleo de palma em 75.000 hectares de terra. Deste montante, prevê-se que 150.000 toneladas abasteçam o mercado interno, e as demais 300.000 – produzidas em parceria com a empresa portuguesa Galp – fluam para o mercado de diesel europeu. Da matéria-prima necessária, 30% deverá ser proveniente de terras arrendadas, 50% fornecida por médios e grandes produtores e os demais 20% pela agricultura familiar¹⁷.

Em 2012, a Vale adquiriu 70% da Biopalma por 173,5 milhões de dólares. A mineradora brasileira explica sua entrada no setor de óleo de palma como parte de sua estratégia para estabelecer-se a nível global como uma companhia ecologicamente responsável e produtora de energia renovável. Até 2020, a empresa deverá misturar 20% de biodiesel ao combustível usado para abastecimento de sua frota de veículos. Segundo informações fornecidas pela própria Vale, seu consumo de energia corresponde 4% do total gasto no Brasil. A região nordeste do Pará é interessante do ponto de vista estratégico, pois se situa ao alcance da malha ferroviária que vai de Carajás ao

¹⁶ Outras companhias que já estão instaladas na região e igualmente tencionam expandir sua produção são: Agropalma, empresa que desde a década de 80 atua no setor e conta com 39.000 hectares, a maior plantação de palma de óleo da América Latina, assim como empresas locais menores como Denpasa, Dendê-Tauá, Reasa, Marborges, Braspalma e Codempa.

¹⁷ Dados fornecidos pela própria Petrobras em evento público realizado na cidade de Tailândia (PA) em Junho de 2011.

porto de São Luís. A empresa plantou até o momento 60.000 hectares de palma de óleo no Pará. Em 2014 deve ser iniciada a produção de biodiesel, para a qual se prevê uma expansão anual continuada. Engenheiros da Vale estimam que as plantações alcançarão quatro milhões de hectares nas próximas décadas, grande parte das quais cultivadas em terras da própria companhia, além de uma porcentagem de no mínimo 15% designada para contratos a serem firmados com agricultores familiares¹⁸.

Esta renunciada expansão do setor de óleo de palma promove deslocamentos na estrutura de poder da região, sem que isso provoque mudanças para a população rural marginalizada. Os poderosos do passado assumem presentemente novas funções intermediárias, atuando como negociantes de terras, proprietários de empresas terceirizadas fornecedoras de mão de obra, ou de consultorias técnicas para assuntos agroindustriais. Em 2011, com base em informações coletadas durante o trabalho de campo e, portanto, sem pretensão de oferecer um quadro completo, foi possível identificar na região seis empresas terceirizadas¹⁹, quatro negociantes de terras²⁰ e três consultorias²¹ dedicadas ao setor de óleo de palma. Na cidade de Moju e Tomé-Açu, membros da tradicional elite agrária local passaram a ocupar funções de direção na Petrobras e na Companhia Vale, encarregando-se da gestão dos polos ou dos departamentos responsáveis pelo trabalho junto aos agricultores familiares. Esta nova aliança selada entre antigos latifundiários e companhias como a Vale ganhou chancela também no campo político-institucional, na forma de financiamento de campanhas nas eleições municipais de 2012²². Os sindicatos da região mostram-se divididos e não se posicionam de maneira coesa relativamente ao programa implementado pelo governo. Alguns sindicalistas cooperam diretamente com as empresas, outros aguardam sem tomar partido direto, e alguns se mobilizam contra.

¹⁸ Entrevista com engenheiros da Vale realizadas em 2010 e 2011, assim como informações oriundas do site da própria empresa: <http://www.vale.com/brasil/EN/aboutvale/initiatives/biodiesel/Pages/default.aspx>, (acessado pela última vez em 27.2.2013).

¹⁹ Braga e Braga, Servipalma Prestação de Serviços, Pinheiro do Couto, Maria do Nazaré Alves Ribeiro, Moreira Souza e Cia LTDA ME, Paulo Leite de Serviços e Deniz.

²⁰ Trata-se de influentes políticos e latifundiários. Por razões jurídicas, seus nomes não podem ser divulgados.

²¹ Palmatec, Santa Cruz e Eco-Dendê.

²² Esta informação procede de declarações de dirigentes sindicais, cuja anonimidade será aqui preservada.

5 Green grabbing

A alta concentração da propriedade da terra é considerada uma das principais razões históricas da crassa desigualdade social brasileira. No Brasil, de um modo geral, a relação entre propriedade e uso da terra segue um padrão: em regime de agricultura familiar são produzidos alimentos para subsistência e abastecimento regional, enquanto os grandes latifúndios monocultores agroindustriais destinam sua produção à exportação. Embora a agricultura familiar seja, se comparada ao grande agronegócio, negligenciada pelas políticas públicas, é ela quem garante a produção brasileira de gêneros alimentícios²³.

O Pará apresenta um alto índice GINI de concentração de terras de 0,823²⁴, e é a unidade federativa que lidera as estatísticas de apropriação ilegal de terras através da falsificação de títulos de propriedade, crime conhecido como grilagem. Neste estado brasileiro, o status da propriedade da terra é no mais das vezes indefinido²⁵. Os cinco municípios (Moju, Acará, Bujaru, Tomé-Açu e Concórdia) investigados neste trabalho, que salvo Bujaru compõem a microrregião de Tomé-Açu, não constituem exceção: nestas localidades, no mais das vezes, títulos de propriedade da terra são irregulares ou simplesmente não existem. Estendendo-se por uma área algo menor do que o estado de Sergipe, estes cinco municípios contam com aproximadamente 234 mil habitantes (em sua maioria agricultores familiares), metade dos quais residente nas áreas rurais (IBGE 2010a). Consoante suas histórias, os povoados locais se desenvolveram de maneira culturalmente heterogênea, dando margem a distintas formações: ao lado de imigrantes nordestinos ou de uma colônia japonesa vivem populações tradicionais ribeirinhas ou quilombolas, além de algumas poucas comunidades indígenas²⁶.

Embora o desaparecimento da agricultura familiar na região amazônica tenha sido repetidamente dado como certo no contexto da, não raro violenta, ocupação territorial subsidiada pelo Estado ao longo dos anos 70 e 80, ela continua existindo – ao lado de imensas pastagens de pecuária bovina – (Costa, 1989, 2000; Hurtienne, 1999, 2004), e se conforma atualmente como o principal esteio da produção de gêneros alimentícios (mandioca, feijão, frutas, etc.) em nível local e regional (Glass 2013). Não obstante, a maior parte da população rural ainda enfrenta difíceis condições de vida. Muitos têm apenas acesso precário à educação formal, sistema de saúde, energia elétrica e água potável. Segundo o censo agrário do IBGE, de 40% a 50% da população rural das áreas na microrregião de Tomé-Açu dispõem de renda per capita mensal de não mais do que 70 reais, ou seja, vivem abaixo da linha de pobreza (IBGE 2003, 2010b). O programa estatal de apoio à

²³ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a agricultura familiar responde por 70% da produção brasileira de gêneros alimentícios; MDA (2011); USDA (2012a).

²⁴ Em virtude da inexistência de um órgão institucional que se encarregue de centralizar dados estatísticos por ventura coletados, existem apenas estimativas do índice GINI para a região, a qual é baseada em dados do INCRA para o ano de 2003. Girardi; Alcantara Filho & Fontes (2009).

²⁵ No Pará, apontam estimativas da CPT (Comissão Pastoral da Terra), terras cuja propriedade é reivindicada equivalem a quatro vezes o tamanho da área efetivamente existente. De acordo com Treccani (1998; 2006), a maioria das escrituras são irregulares. Não há estatísticas confiáveis sobre a propriedade da terra em toda a região amazônica; Brito & Barreto (2011).

²⁶ Segundo o censo demográfico, poucas pessoas da região se identificam como indígenas. Em todo o Nordeste Paraense, ao qual pertence a microrregião aqui estudada, há presumivelmente oito territórios indígenas (http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/nordesteparaensepa/one-community?page_num=0 – acessado em 5.1.2013).

agricultura familiar no cultivo de pimenta, mandioca e frutas, assim como na pecuária de animais de pequeno porte, é tido como fracassado pela grande maioria dos atores sociais consultados. De acordo com um funcionário do Banco da Amazônia em Tomé-Açu, por conta desse programa, a maioria dos pequenos produtores familiares está inadimplente e, assim, inapta a receber novos créditos (entrevista julho 2011).

Diante deste cenário, governo e empresas do setor de óleo afirmam que o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma se apresenta como uma possibilidade de combater a pobreza e, assim, evitar o êxodo rural. Críticos do programa apontam, pelo contrário, que a monocultura da palma de óleo pode acentuar a tendência observada nas últimas décadas: expansão do grande agronegócio e gradativa expulsão de agricultores familiares e comunidades tradicionais (Acevedo, 2010; Monteiro, 2011; Nahum & Malcher, 2012; Glass, 2013).

5.1 Reestruturação das relações de acesso à e propriedade da terra I: Compra e especulação

A expansão das plantações de palma de óleo encareceu o preço da terra e fez da especulação fundiária um negócio lucrativo. Compras de terras feitas geralmente de ex-prefeitos ou antigos latifundiários elevam o preço da terra. Em 2011 um lote plano, com poucas árvores e bem servido de vias de acesso podia alcançar o valor de até 50 mil reais²⁷. Pelo menos desde 2008 pode-se observar nas regiões de Concórdia, Bujaru, Tomé-Açu, Acará e Moju a compra crescente de terras de agricultores familiares. Muito embora a legislação proíba a negociação de terras pertencentes à comunidades tradicionais ou à assentamentos frutos de reforma agrária, houve denúncias de aquisição destes tipos de propriedades²⁸. Isso significa que ampliação das plantações de palma de óleo em escala agroindustrial não tem se limitado nem às terras adquiridas legalmente para esse fim nem muito menos às pastagens degradadas.

A prática se assemelha em todos os municípios: lotes comprados de diferentes proprietários são georreferenciados e reunidos sob uma escritura de propriedade única – supostamente autêntica e legal²⁹ – de modo a serem vendidos por preços consideravelmente altos, via de regra, à Vale/Biopalma. Em Acará, Moju e Bujaru em alguns casos pequenos agricultores familiares informam terem vendido seus lotes, cujo tamanho médio era de 25 hectares, por cinco mil reais.

Casos isolados de venda de terra não conduzem, porém, ao *green grabbing*. Nem todos os pequenos produtores familiares, depois de terem vendidos suas terras, vão parar nos bairros pobres das pequenas cidades em redor, senão compram lotes em outros lugares. O efeito *green grabbing* se realiza quando da compra de grandes extensões de terra. Aquisições desta monta, e

²⁷ Dados obtidos em entrevistas realizadas em Moju, Abaetetuba, Bujaru e Acará no ano de 2011. Nahum & Malcher reportam que em 2012 um lote de cinco hectares já alcança o valor de 50 mil reais. Nahum & Malcher (2012). Essa extrema variação de cifras sugere que ou o preço se elevou fortemente ou quão disparatadas podem ser as informações a respeito num mercado informal.

²⁸ Em Tomé-Açu, a Companhia Vale precisou em 2011 devolver lotes pertencentes a um assentamento. A área havia sido vendida ilegalmente para a empresa por um intermediário. Em Concórdia, quilombolas denunciaram a venda ilegal de terras situadas em seu território. Fonte: entrevistas conduzidas na comunidade quilombola, assim como com os secretários de assuntos agrários e do meio ambiente da cidade de Concórdia (entrevistas junho 2011). Ambos confirmaram a denúncia, mas não se pronunciaram sobre o caso.

²⁹ Não seria aqui possível verificar a legalidade do documento. Porém, diante do comumente indefinido status da propriedade da terra na região, não parece disparatado colocá-la em questão.

disso dão prova os recentes casos de Acará e Bujaru, se desdobram num efeito redemoinho, que leva à transmigração de povoados inteiros, sem que para isso se empregue precisamente violência direta³⁰. Muito raramente os agricultores familiares conseguem resistir por longo tempo à pressão provocada pelo avanço do agronegócio. Corre-se o risco de que, no fim, haja na região somente plantações de palma de óleo geridas segundo relações de produção agroindustriais.

5.2 Reestruturação das relações de acesso à e propriedade da terra II: Titulação acelerada

A reestruturação ora impulsionada pelo setor de óleo de palma não é, em muitos casos, livre de contradições no concernente à uma definição mais clara da propriedade da terra e, nesse sentido, encerra, a longo prazo, um potencial de conflito. É este, aliás, afirmam políticos locais consultados, o maior obstáculo aos investimentos na região. Afim de evitar tais conflitos e garantir a segurança de investimentos, o governo planeja, por intermédio do programa Terra Legal³¹ ou da Iterpa (Instituto de Terras do Pará), conceder titulação preferencial das áreas destinadas à expansão da palma de óleo (Entrevistas abril, maio 2011).

Ainda não é possível prever se a pressão por regularização fundiária acelerada evita conflitos ou acaba por legalizar apropriações irregulares de terra. Independentemente disto, o certo é que o título de propriedade individual não representa para os agricultores familiares a garantia de se manterem em suas terras, senão que pode mesmo surtir efeito contrário, acelerando o processo de êxodo (por conta da pressão por venda exercida pelas empresas, especialmente sobre aqueles que já dispõem da terra regularizada, ou se, por exemplo, a propriedade for hipotecada para obtenção de empréstimos) (Borras & Franco 2012: 54; Borras 2008; Hecht 2005).

5.3 Reestruturação das relações de produção I: Agricultura familiar por contrato

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), as empresas do setor de óleo se comprometeram a não mais comprar terras de agricultores familiares, mas sim forçar a cooperação destes pela via do trabalho por contrato. Pelo menos 15% da área cultivada deverá ser manejada em regime de agricultura familiar. Essa porcentagem já indica que se parte de um cenário de forte concentração da propriedade da terra, problema cujo enfrentamento não consta nos horizontes do programa, uma vez que seu objetivo é, se muito, deter o processo de

³⁰ Em Acará, é notório o caso do povoado de Bucaia, onde grande parte dos moradores venderam suas terras. Ao longo do trabalho de campo foi possível ainda documentar processo semelhante ocorrido no povoado de Conceição (conhecido como Mariquita), localizado em Bujaru. Este último caso é mencionado também por Nahum & Malcher (2012).

³¹ O objetivo do Programa Terra Legal é promover – através de um procedimento simplificado – a regularização fundiária de 67,4 milhões de hectares de terras localizados em terras públicas federais na região amazônica; Brito & Barreto (2011).

esvaziamento populacional que as áreas rurais da região vêm experimentando nas últimas décadas.

Levar a agricultura familiar a efeito como concebida nos moldes agroindustriais do Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma implica em submetê-la a uma profunda reestruturação, processo que pode ser observado há décadas não apenas no Brasil, mas em diversas regiões do mundo (Little & Watts, 1994):

- Os agricultores familiares se tornam fornecedores de matéria-prima para a indústria de processamento do óleo de palma. A fim de garantir níveis elevados de produtividade, cada etapa do trabalho passa a ser prescrita e fiscalizada por técnicos das empresas contratantes. Isso significa que os agricultores abrem mão do controle sobre os recursos naturais que manejam e, ao mesmo tempo, ficam diretamente expostos à variação de preços da *commodity* no mercado internacional.
- É vedado aos agricultores o cultivo de outras espécies vegetais por entre as árvores de palma de óleo. Plantações consorciadas não estão previstas nos contratos. Funcionários do governo até falam em experimentos, a serem feitos em parceria com a Petrobrás, envolvendo plantações de palma de óleo e culturas alimentícios locais. Porém, por questões de produtividade (e lucratividade), as empresas não permitem aos agricultores familiares qualquer desvio da produção monocultora.
- As linhas de crédito públicas financiam a agricultura familiar da palma de óleo até o máximo de 10 hectares por família. Para manter reduzidas as despesas organizacionais com logística, as empresas fixam o tamanho dos lotes a serem cultivados em regime de agricultura familiar exatamente nestes 10 hectares. Em razão da legislação florestal³² vigente na região, mesmo famílias detentoras de lotes maiores (25 hectares em média), dispõem de pouco ou nenhum espaço para o cultivo de outros produtos.
- O cultivo de dez hectares de palma de óleo exige força de trabalho que vai além das possibilidades de uma família³³ e acarreta, por conseguinte, uma nova organização da divisão do trabalho familiar ou a contratação (em regime precário) de trabalhadores rurais.

Críticos do programa consideram a agricultura familiar incompatível com o setor óleo de palma. Há o temor de que a longo prazo ocorra um diminuição da produção regional de gêneros alimentícios e a supressão da agricultura familiar (Glass 2013). O lobby do setor de óleo de palma, por sua vez, levanta o argumento da perspectiva de elevação da renda dos agricultores, a qual, segundo o governo, poderia alcançar dois mil reais por mês, e segundo a Vale, quatro.

Até 2012, porém, não foi trazida a público nenhuma avaliação independente do projeto-piloto da PPP (Parceria Público-Privada) com a Agropalma que pudesse confirmar essas declarações. Indagados a esse respeito, agricultores envolvidos no projeto apontam em sentido contrário: apenas algumas poucas famílias, detentoras de extensas áreas de cultivo (mais de 50 hectares) e com recursos financeiros para contratar empregados, percebem um rendimento mensal de três mil reais. Vale observar que tais “bem-sucedidas” famílias começam a concentrar sob seu domínio os

³² O código florestal define que na Amazônia Legal mesmo propriedades privadas podem ter somente 20% de sua área total explorada agricolamente. Em virtude da expansão da palma de óleo e do eucalipto no Pará, uma exceção foi feita para este Estado, onde esse percentual foi elevado a 50% (Decreto N°2099 de 20/01/2010, Estadual Pará).

³³ Informações obtida em 2010 e 2011 junto a agricultores familiares do projeto piloto que se autodenominam como bem-sucedidos. Especialmente nos primeiros anos, o cultivo da palma de óleo absorve muita força de trabalho, o que beneficia famílias grandes ou aquelas que dispõem de capital para contratação de mão de obra suplementar.

lotes contíguos aos seus, assim como os membros das famílias vizinhas³⁴. Aqui se insinua o processo que McCarthy descreve em seu estudo sobre a Indonésia: nem todos os agricultores familiares se tornam, de saída, “perdedores” quando decidem trabalhar por contrato para as empresas de óleo de palma. O programa de palma de óleo pode, entretanto, levar a um processo de concentração de recursos dentro da própria comunidade de agricultores familiares e, assim, acabar por expulsar de suas terras exatamente aqueles cuja situação socioeconômica era a mais precária já antes da implantação do programa (McCarthy 2010).

Um total de 649 famílias já se integraram em 2012 ao Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo. O número é modesto e permanece bem aquém do objetivo das empresas, que planejam fechar contratos com alguns milhares de famílias. Segundo as companhias, seria difícil encontrar famílias “apropriadas”, noutras palavras, aquelas que possuem terra suficiente, podem contratar mão de obra e estão aptas a pleitear linhas de crédito. Ademais, muitos agricultores não confiam nas empresas. Um funcionário da Vale menciona “falsos boatos”: os agricultores familiares estariam temerosos de que a empresa pudesse lhes tomar a terra. Um destes, morador de Bujaru, relata que alguns povoados se organizaram conjuntamente contra o programa do governo e não estariam dispostos a fechar nenhum contrato de trabalho (entrevistas junho 2011).

5.4 Reestruturação das relações de produção II: O trabalho nas plantações

Inquiridos sobre a questão, funcionários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), assim como um político de Belém sustentam que o trabalho nas plantações de palma de óleo é a melhor alternativa para a agricultura familiar, a qual, na opinião de ambos, de todo modo, seria improdutiva e a longo prazo viria a desaparecer.

Este ponto de vista não é compartilhado por sindicalistas e trabalhadores das plantações da região foco deste estudo, os quais alegam precárias condições de trabalho e baixa remuneração (Repórter Brasil, 2009, 2012). O “pagamento por produtividade” exige uma pesada carga de trabalho, que ao final do mês se converte num montante cujo valor é inferior ao salário mínimo vigente – o que é insuficiente para alimentar uma família.

A julgar pelo relato destes atores, só se predispõe a trabalhar nas plantações quem não tem outra opção. Um quilombola de São Domingos do Capim, município vizinho à região estudada, encontra palavras cristalinas para descrever a situação: “Para nós isto não é desenvolvimento, isto é semiescravidão”. Ao invés de fazer das pessoas (novamente) “semiescravos”, o governo deveria proteger as diversas formas de exploração dos recursos naturais existentes através de promoção de linhas de crédito e acompanhamento técnico apropriados. Isso porque, prossegue o quilombola, “nós não resistimos à escravidão para voltarmos a sermos escravos nas plantações [de dendê].” (Entrevista junho 2011)(Backhouse et al. 2013).

³⁴ Esta prática é proibida em assentamentos, assim como aos produtores que recebem linhas de crédito do PRONAF. Processo de concentração semelhante foi observado num estudo de caso sobre o projeto piloto da Agropalma. (Monteiro, 2011).

5.5 Green grabbing: estratégia das empresas

Através da agricultura familiar por contrato as empresas do setor de óleo de palma se veem em condição de fazer recair sobre os próprios agricultores os riscos da produção (infestações, pragas³⁵, safras baixas, etc.), o cumprimento da legislação ambiental e trabalhista e mesmo as oscilações do preço da *commodity* no mercado internacional. Tudo isso sem precisar comprar terras ou pagar o salário mínimo fixado por lei. Os altos investimentos iniciais, a compra de mudas e agrotóxicos, assim como o período de espera dos três primeiros anos (quando as palmas ainda não dão frutos) são financiados via empréstimos contraídos pelos próprios produtores familiares junto ao governo. O risco que aqui se insinua é o de se produzir um dissimulado processo de apropriação de terras por parte das empresas.

Assegurar a disponibilidade de terras não exige forçosamente nem compra nem apropriação indevida das mesmas. Diferentemente, digamos, de um rebanho bovino, a materialidade da palma de óleo cria já no ato de seu cultivo fatos de longo prazo: por conta do ciclo de vida da planta, produtores estão ligados ao setor por um período de no mínimo 25 anos, dado a transformação de uma plantação de palma de óleo em outro tipo de cultura ser trabalhoso e caro, o que faz dessa opção proibitiva para a maioria dos agricultores familiares. Por essa razão, as empresas do setor não se preocupam com o fato de disporem suas plantações em terras sobre as quais não detém direito de propriedade: alguém haverá de cultivá-las (Backhouse, 2013b).

O setor de óleo de palma – diferentemente dos empreendimentos pecuários e de extração de carvão dos anos 80 e 90 – persegue uma estratégia baseada no diálogo. A assimetria de poder dentro do qual essa estratégia é desenvolvida é, contudo, patente. O diálogo entre uma companhia do porte da Vale e pequenos produtores familiares consiste numa negociação individualizada, caso a caso, de maneira que sindicatos e movimentos sociais acabam por ser excluídos do processo. Nesse sentido, reuniões entre empresas e agricultores têm muito mais do informativo e sedutor próprio das transações comerciais de venda/aquisição do que do participativo e transparente dos processos políticos de negociação em que ambas as partes objetivam alcançar uma posição de benefício mútuo.

Preocupante também é o fato de que durante todo o período de pesquisa de campo nem um único exemplar de contrato entre Vale e agricultores pôde ser localizado, seja em poder dos agricultores, seja de seus sindicatos. Casos já documentados dão conta de que a Vale teria concedido empréstimo e adquirido mudas para produtores familiares que não tiveram linhas de crédito de 80.000 reais aprovadas pelo governo – porque eles eram inadimplente ou não se enquadraram na DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF). Esse expediente pode levar ao surgimento de uma nova forma do antigo aviamento, prática conhecida e há muito disseminada na região amazônica.

As crescentes compras de terra na região pesquisada são, em alguns casos, processos conflituosos já de saída. Os conflitos atuais são, porém, resolvidos de maneira distinta daquela dos anos 80. Aqui, um exemplo pode ser instrutivo: agricultores familiares de Tomé-Açu que lograram impedir a venda de 21 lotes em seu assentamento, os quais estavam sendo ilegalmente negociados por um atravessador, receberam suas terras de volta; junto com elas contratos para

³⁵ No Brasil, o caso da praga conhecida como “Amarelecimento Fatal –AF” ilustra bem a incontrolável materialidade da natureza. Através do cruzamento da palmeira africana *Elaeis guineensis* com a espécie nativa da Amazônia Caiuá (*Elaeis oleifera*) a Embrapa desenvolveu uma nova de palma de óleo híbrida, chamada BRS Manicoré, que é resistente à doença (Silva et al. 2011). Como a espécie híbrida precisa ser polinizada manualmente, o que implica em mudanças na organização do trabalho, empresas do setor só a cultivam em áreas de alto risco de infestação pela praga. Em 2011, não havia nenhum registro de agricultores familiares que trabalhassem com a versão híbrida.

trabalharem no cultivo de dendê para a Vale. Eles receberam, pois, suas terras de volta, o controle sobre a exploração desta, assim como sobre seu trabalho, no entanto, foi entregue à Vale.

5.6 A narrativa das áreas degradadas

Fruto das entrevistas durante nossa pesquisa de campo foi a constatação de que a expansão das plantações de palma de óleo, em muitos casos, infringe a legislação ambiental. Queixas de ribeirinhos, quilombolas (entrevistas em outubro, novembro 2010 e março até julho 2011) e do povo indígena Tembê (Carvalho 2013) denunciando a contaminação de águas fluviais ou a derrubada de vegetação secundária, não foram investigadas. Audiências públicas e estudos sobre impacto ambiental, ambos previstos como parte da implementação de projetos de grande porte, não foram realizados nem antes nem depois da implantação do programa.³⁶ E embora tenha sido anunciada a expansão das plantações de palma de óleo sobre regiões inteiras, nenhuma delas muito distantes da capital, Belém, tais projetos não despertaram protestos – à exceção da parte de algumas poucas publicações críticas (Acevedo, 2010; Repórter Brasil, 2009, 2012; Carvalho, 2013; Glass, 2013) – nem na região nem em fóruns transnacionais para assuntos socio-ambientais. Por quê?

Isso de deve, em primeiro lugar, à falta de transparência do processo de implementação do programa, conduzido sem que a população rural fosse ouvida e passando ao largo dos movimentos sociais. A crassa assimetria de poder dentro da microrregião, assim como a marginalização da população local é não apenas aproveitada, senão reproduzida, quando tematizada em contextos transnacionais. Uma sindicalista expõe sua postura de maneira crítica, porém resignada:

“A gente chega a dizer assim, que como ele é um programa do governo federal com apoio internacional pela energia renovável, né, então é muito difícil os sindicatos, se vocês viram, se você foram em todos os sindicatos, viram a estrutura que a gente tem, como é que nós vamos brigar com megaempresa? É difícil. Não é impossível, mas é muito difícil, entendeu?” (entrevista em Junho 2011).

Para fazer frente ao amplo consenso, segundo o qual o óleo de palma representa uma alternativa de desenvolvimento “sustentável” ou “ecológico” de uma “região antropizada” ou “degradada”, é, de fato, difícil encontrar parceiros. A diversos atores parece fazer muito sentido a ideia de cobrir com palma de óleo “pastagens abandonadas que nada produzem nem trazem benefício a ninguém”. O secretário de assuntos agrários de um município da região explica que esta seria uma maneira de “criar postos de trabalho para nossa juventude que, sem qualificação profissional, tem poucas perspectivas de futuro” (entrevista em maio 2011). O Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma, com suas linhas de crédito financiadas com fundos públicos, viu-se assim transformado em estratégia eleitoral.

Como mencionado acima, não há uma definição consensual do que seja “terra degradada”. Entrevistas com especialistas dos setores públicos e privados apontam que sob a definição “região degradada” são agrupadas não apenas pastagens exauridas, senão também áreas utilizadas em regime de agricultura familiar. A atual narrativa sobre as extensas pastagens degradadas não guarda, pois, relação com o nada nova narrativa sobre a degradação causada

³⁶ Audiências públicas são previstas como o componente participativo dos processos de estudo sobre impacto ambiental, segundo resolução do CONAMA (01/86 e 009/87). Agradeço a Verena Glass por essa informação.

pelo cultivos tradicionais. Não apenas a pecuária extensiva, mas também a agricultura familiar e povos tradicionais seriam, nesse sentido, responsáveis pela "degradação" da região.³⁷

Visto sob esta ótica, a produção de óleo de palma em escala agroindustrial apresenta-se como uma alternativa "sustentável" ao tradicional plantio de mandioca, cujo cultivo constitui uma parte culturalmente importante da agricultura familiar da região, assim como a abastece de seu principal gênero alimentício.

Isso implica dizer que por conta da rápida expansão espacial das plantações de palma de óleo a população rural local se vê não apenas progressivamente encurralada e oprimida, senão que também se questiona o caráter ecológico de suas práticas agrícolas, supostamente da "idade da pedra". Isso reforça o consenso neoliberal, segundo o qual não existem outras alternativas, que está na base do programa e garante sua hegemonia ideológica. Discordâncias encontram expressão apenas na postura de recusa adotada por alguns quilombos e famílias de agricultores familiares, mas não podem ser articuladas politicamente.

Esta situação não apresenta feição distinta quando observada no âmbito internacional da política ambiental, onde os espaços de articulação política se encontram igualmente fechados. A estratégia de exploração das chamadas "áreas degradadas" com base na monocultura intensiva, defendida por muitos como uma maneira de proteger tanto florestas nativas como o clima, é só à distância uma estratégia de preservação da natureza. Em nível local, essa estratégia atua de modo a restringir a grupos marginalizados o controle e acesso aos recursos naturais dos quais dependem para sobreviver. É somente a estreiteza tecnocrata de uma política ambiental que baseia suas ações em cálculos sobre emissão e sequestro de carbono aquilo que permite alçar a prática da monocultura nas áreas degradadas à categoria de "sustentável". Ao mesmo tempo, através da definição naturalizada de uma região inteira como "degradada", põe-se em curso um processo que deprecia e deslegitima o sistema local de exploração da terra baseado na agricultura familiar. Esse processo opera um escamoteamento e despolitização das relações de poder, as quais, por um lado, alicerçam o delegar de autoridade sobre a definição do que possa ser "área degradada", e por outro a legitimação mesma do modo de produção agroindustrial do óleo de palma, o que, por sua vez, guarda íntima relação com as relações assimétricas de poder na região.

³⁷ Veja a crítica do Thomas Hurtienne (1999, 2004, 2005) e do Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008).

6 Conclusão

A esperança, de que a cooperação entre Estado, iniciativa privada e sindicatos pudesse – em contraposição ao setor de cana-de-açúcar/etanol – introduzir uma mudança de paradigma no modo de lidar com a agricultura familiar (Abramovay & Magalhães 2007), não parece estar se efetivando no que diz respeito ao setor de óleo de palma. O que está em curso na região amazônica é antes um novo avanço do agronegócio, e com ele uma crescente concentração do acesso à e do uso da terra nas mãos do setor de óleo de palma para produção de agrocombustíveis (Vale, Petrobras) e alimentos (ADM, Agropalma).

O Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma, pensado como estratégia governamental para enfrentar a crise de energia, a mudança climática e a decadência da agricultura familiar em uma região marginalizada, põe em curso uma profunda transformação social, que, aqui, com base no conceito de acumulação primitiva continuada, foi qualificada como *green grabbing*. Esse processo tem impulsionado uma ampla reestruturação das práticas de agricultura familiar na região, dando prosseguimento a uma tendência de desenvolvimento da agricultura como concentração de terra e êxodo rural iniciada já nos tempos coloniais, e que desde a conformação da agroindústria brasileira, na década de 70, vem sendo intensificada. Apesar das continuidades, o *green grabbing* apresenta um caráter distinto e, de certa forma, novo (Fairhead et al. 2012), na medida em que sedimenta novas constelações e alianças entre atores, adota estratégias “verdes”, “sustentáveis” ou “ecológicas” de implementação e se vale de narrativas legitimadoras específicas.

- O Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo impulsionou um profundo processo de reestruturação do controle sobre o uso e do acesso à terra, cuja notória feição é uma crescente concentração da terra sob controle de empresas de atuação transnacional dos setores de energia e mineração. A antiga elite agrária tem assumido um importante papel no processo de implementação do programa, na forma de funcionários das empresas do setor de óleo de palma, donos de empresas terceirizadas e atravessadores de terra. Os sistemas de agricultura familiar, em contrapartida, têm sido submetidos à intensa pressão por parte do ora em expansão setor de palma de óleo. No perímetro ocupado pelas plantações, a opção parece se resumir a adesão à agricultura familiar por contrato nas plantações de dendê ou a venda das terras.
- Em que medida a integração da agricultura familiar ao agroindústria de óleo de palma pela via de contratos de trabalho se mostrará exitosa, e se ela de fato não será suprimida pelo agronegócio, como foi o caso das experiências com cana-de-açúcar e com soja, não se pode dizer ainda. Igualmente incerto é quem serão, a longo prazo, caso se aceite que a “inclusão” da agricultura familiar no setor de palma de óleo seja bem sucedida, os “ganhadores” e os “perdedores”. Isso haverá de se evidenciar nos próximos anos. A análise do programa, assim como das dificuldades enfrentadas durante de sua implementação, já demonstra não ter sido ele concebido a partir das necessidades dos produtores familiares locais e comunidades tradicionais. O que se vê em primeiro plano é antes o inverso: a exploração de toda uma região pelo agronegócio transnacional.
- A ampla reestruturação ora em curso na microrregião de Tomé-Açú se realiza de maneira patentemente pacífica, sobretudo porque legitimada como projeto de desenvolvimento

ecologicamente sustentável. Especialmente eficaz na construção dessa legitimidade é o entrelaçamento entre as narrativas sobre as chamadas “áreas degradadas” e as relativas aos sistemas de exploração de recursos naturais próprios da agricultura familiar, caracterizados nesta narrativa como nocivos ao meio ambiente. Por essa razão, a violação dos direitos das comunidades tradicionais, assim como da legislação ambiental, não tem despertado protestos em nível transnacional, como de praxe acontece em grandes projetos envolvendo *hotspots* de biodiversidade. Neste caso mostra-se como a tendência de preservação de matas nativas na Amazônia – na forma em que ela se configura transnacionalmente como política de proteção do meio ambiente – implica em desincumbir-se daqueles que vivem em regiões supostamente menos merecedoras de proteção (Hecht 2005).

- A apropriação de terras através da “inclusão da agricultura familiar” é facilitada pela materialidade da palma de óleo, a qual, uma vez plantada, possibilita uma forma de apropriação da terra que não exige nem emprego de violência direta nem de título de propriedade. A consequência disso pode ser o êxodo rural ou um gradativo processo de supressão da agricultura familiar através da implantação de relações de produção agroindustriais.
- A proteção do clima e do meio ambiente, enunciados objetivos tanto do programa estatal como da atuação da iniciativa privada, têm levado a uma modalidade de apropriação de terras que persegue a estratégia do diálogo e da participação. Uma observação mais atenta do problema revela, porém, que esse diálogo não consiste numa negociação democrática entre empresas do setor de óleo de palma e agricultores, de modo a construir um cenário em que ambos os atores sejam beneficiados. Pelo contrário, mesmo porque aos agricultores familiares não é facultada a possibilidade de decidir sobre a principal questão em pauta, isto é, se estão ou não de acordo com o cultivo de palma de óleo na região em que vivem.
- Neste contexto, reivindicações por parte dos agricultores familiares, bem como resistência política são dificultadas pela cada vez mais acentuada assimetria de poder na região.

O desenlace deste *green grabbing* é ainda incerto e não pode, presentemente, ser antecipado. Seu transcorrer depende de uma série de fatores, tais como a evolução dos preços no mercado de *commodities*, a vontade política do governo, pragas na plantação, etc. Igualmente importante é a legitimidade conferida a atores, suas alianças e lutas, tanto pelo direito ou poder de definição sobre as supostas áreas degradadas, como pelo acesso, controle e uso da terra. Como assinalamos no segundo tópico deste artigo, recorrendo a de Angelis, a acumulação primitiva continuada não é uma lei do movimento econômico, senão um processo incessantemente em disputa. A recusa de agricultores familiares a fechar contratos com empresas do setor de óleo de palma, as denúncias de quilombolas e do povo indígena Tembé relativas à violação da legislação ambiental ocorridas ao longo da implantação do programa, assim como a ação dos sindicatos, revelando as péssimas condições trabalho imperantes nas plantações, podem ser os primeiros sinais de um forte movimento em direção oposta à preconizada pelo Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma. E podem mudar seu curso.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo. O acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel. Parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais. FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, p. 1–34, 2007.
- ACEVEDO, Rosa Elisabeth. Territórios Quilombolas Face à Expansão do Dendê no Pará. In: BUENAFUENTE, S. M. F. (Org.). Amazônia. Dinâmica do Carbono e Impactos Socioeconômicos e Ambientais, Boa Vista: Editora da UFRR, 2010, p. 165–184.
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 156 p.
- ALCANTARA FILHO, José Luiz; FONTES, Rosa Maria Oliveira. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. Heera Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada, v. 4, n. 7, p. 64–85, 2009. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/ESTRUTURA-FUNDI%C3%81RIA-ze-luispara-pdf.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2013.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Antropologia dos Archivos da Amazônia. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ALTVATER, Elmar. Das Ende des Kapitalismus, wie wir ihn kennen. Eine radikale Kapitalismuskritik. 2. ed. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2006.
- BACKHOUSE, Maria. Palmölproduktion in Pará – Eine neue, grüne Landnahme? Fair Fuels Working Paper 6, Berlin. 2013a. Disponível em: <http://www.fair-fuels.de/data/user/Download/Ver%C3%B6ffentlichungen/FairFuels-Working_Paper_6.pdf> Acesso em: 2 aug. 2013.
- BACKHOUSE, Maria, BAQUERO, Jairo; COSTA, Sérgio. Between Rights and Power Asymmetries: Contemporary Struggles for Land in Brazil and Colombia. *desigualdades.net Working Paper Series No. 41*, Berlin: *desigualdades.net Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America*, 2013. Disponível em: <http://www.desigualdades.net/bilder/Working_Paper/41_WP_Backhouse_Baquero_Costa_Online.pdf>, Acesso em: 2 aug. 2013.
- BACKHOUSE, Maria. Die Landfrage im Kontext der Palmölexpansion in Pará/Brasilien. In: BURCHARDT, H.-J.; DIETZ, K.; ÖHLSCHLÄGER, R. (Org.). Umwelt und Entwicklung im 21. Jahrhundert. Impulse und Analysen aus Lateinamerika, Baden-Baden: Nomos, 2013b. 202 p. 20). p. 135–149.
- BACKHOUSE, Maria; DIETZ, Kristina. Brasilien auf grünen Pfaden? *Blätter für deutsche und internationale Politik*, v. 57, n. 12, p. 25–28, 2012.
- BADER, Pauline; BECKER, Florian; DEMIROVIĆ, Alex; DÜCK, Julia. Die multiple Krise - Krisendynamiken im neoliberalen Kapitalismus. In: DEMIROVIĆ, A.; DÜCK, J.; BECKER, F.; BADER, P. (Org.). *VielfachKrise. Im finanzdominierten Kapitalismus*. 1. ed., Hamburg: VSA, 2011. p. 11–28.
- BANCO MUNDIAL. The World Bank Group Framework and IFC Strategy for Engagement in the Palm Oil Sector, März 2011. Disponível em: <http://www.hcvnetwork.org/resources/folder.2006-09-29.6584228415/WBG-Framework-and-IFC-Strategy_FINAL_FOR-WEB.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2013.
- BLAIKIE, Piers M.; BROOKFIELD, Harold C.. Land degradation and society. London: Methuen, 1987.
- BORGES, Uta; FREITAG, Heiko; HURTIENNE, Thomas; NITSCH, Manfred. PROALCOOL. Analyse und Evaluierung des brasilianischen Biotreibstoffprogramms. Saarbrücken: Fort Lauderdale: Verlag Breitenbach, 1984.
- BORRAS, Saturnino M. (Ed.). Market-led agrarian reform. Critical perspectives on neoliberal land policies and the rural poor. London: Routledge, 2008.
- BORRAS, Saturnino M.; FRANCO, Jennifer C. Global Land Grabbing and Trajectories of Agrarian Change: A Preliminary Analysis. *Journal of Agrarian Change*, v. 12, n. 1, p. 34–59, 2012.
- BORRAS, Saturnino M.; FRANCO, Jennifer C.; KAY, Cristóbal; SPOOR, Max. Land grabbing in Latin America and the Caribbean viewed from broader international perspectives. Rom, 2011. Disponível em: <http://www.tni.org/sites/www.tni.org/files/download/borras_franco_kay_spoor_land_grabs_in_latam_caribbean_nov_2011.pdf> . Acesso em: 20 mai. 2012.

- BRITO, Brenda; BARRETO, Paulo. A regularização fundiária avançou na Amazônia? Os dois anos do programa Terra Legal., 2011. Disponível em: <www.imazon.org.br/publicacoes/livros/a-regularizacao-fundiaria-avancou-na-amazonia-os-dois-anos-do-programa-terra-legal>. Acesso em: 15 abr. 2012.
- BRYANT, Raymond L.; BAILEY, Sinéad. *Third world political ecology*. London: Routledge, 2005.
- CARVALHO, Guilherme. Monocultivos de dendê no Pará: Tembés denunciam contaminação por agrotóxicos, Vale e Petrobrás estão envolvidas. Belém, 10 jan. 2013. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2013/01/monocultivos-de-dende-no-para-tembes-denunciam-contaminacao-por-agrotoxicos-vale-e-petrobras-estao-envolvidas/>>. Acesso em: 28 fev. 2013.
- CASTREE, Noel. Neoliberalism and the biophysical environment: a synthesis and evaluation of the research. *Environment and Society. Advances in Research*, v. 1, n. 1, p. 5–45, 2010.
- CASTRO, Edna Ramos (Ed.). *Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão*. Belém: NAEA, 2008.
- CLEARY, David. After the Frontier. Problems with Political Economy in the Modern Brazilian Amazon. *Journal of Latin American Studies*, v. 25, n. 2, p. 331–349, 1993.
- CORSON, Catherine; MACDONALD, Kenneth Iain. Enclosing the global commons: the convention on biological diversity and green grabbing. *Journal of Peasant Studies*, v. 39, n. 2, p. 263–283, 2012.
- COSTA, Francisco Assis de. *Amazonien – Bauern, Märkte und Kapitalakkumulation*. Spektrum. Berliner Reihe zu Gesellschaft, Wirtschaft und Politik in Entwicklungsländern. Saarbrücken: Spektrum, 1989.
- COSTA, Francisco Assis de. *Formação Agropecuária da Amazônia. Os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA, 2000.
- CRUZ, Benedito Ely Valente da. *Territorialização e Organização Espacial do Grupo Agropalma*. Belém, 2006.
- DE ANGELIS, Massimo. The continuous character of capital's "enclosures". *The Commoner*, n. 2, p. 1–22, 2001. Disponível em: <<http://www.commoner.org.uk/02deangelis.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2013.
- DE ANGELIS, Massimo. Krise, Kapital und Vereinnahmung - braucht das Kapital die Commons? In: HELFERICH, S. (Org.). *Commons. Für eine neue Politik jenseits von Markt und Staat*. 1. ed., Bielefeld: transcript, 2012.
- DEININGER, Klaus; BYERLEE, Derek; LINDSAY, Jonathan; NORTON, Andrew; SELOD, Harris; STICKLER, Mercedes. *Rising Global Interest in Farmland. Can it yield sustainable and equitable benefits?* Washington, D.C, 2011. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTARD/Resources/ESW_Sept7_final_final.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2012.
- DUDLEY, Nigel. *The Year the World Caught Fire*. Disponível em: <<http://www.equilibriumconsultants.com/upload/document/theyearthworldcaughtfire.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2012.
- EMBRAPA: *Agroenergia em Revista. Palmas para o dendê*. Brasília (DF), 2011.
- EMBRAPA; MAPA. *Zoneamento agroecológico do dendezeiro para as áreas desmatadas da Amazônia Legal*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.cnps.embrapa.br/zoneamento_dende/ZonDende.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2012.
- ESCOBAR, Arturo. *Construction nature. Elements for a post-structuralist political ecology*. *Futures*, v. 28, n. 4, p. 325–343, 1996.
- ESCOBAR, Arturo. *Territories of Difference. Place, movements, life, redes*. Durham and London: Duke University Press, 2008.
- FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green Grabbing: a new appropriation of nature? *Journal of Peasant Studies*, v. 39, n. 2, p. 237–261, 2012.
- FOWERAKER, Joe. *The Struggle for Land. A Political Economy of the Pioneer Frontier in Brazil from 1930 to the Present Day*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. 1 online resource (290).
- FRIENDS OF THE EARTH. *Briefing: The use of palm oil for biofuel and as biomass for energy. Friends of the Earth's position*. London, 2006.
- FURLAN JUNIOR, José; KALTNER, Franz Josef; AZEVEDO, Gil Floro Popoire; CAMPOS, Ivonice Aires. *Biodiesel. Porque tem que ser Dendê*. Belém, Brasilien, 2006.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. *Atlas da questão agrária brasileira, o.J.* Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/index.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2013.
- GLASS, Verena. *Expansão do dendê pela Amazônia gera problemas*. Repórter Brasil, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/mapasocial/?p=16>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

- GLASS Verena. Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará. Repórter Brasil, São Paulo. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2013.pdf>>. Acesso em: 18 junho. 2013.
- GLASSMAN, Jim. Primitive accumulation, accumulation by dispossession, accumulation by 'extra-economic' means. Progress in Human Geography, v. 30, n. 5, p. 608–625, 2006.
- GÖRG, Christoph. Gesellschaftliche Naturverhältnisse. 1. ed. Münster: Westfälisches Dampfboot, 1999.
- GÖRG, Christoph. Enteignung oder Inwertsetzung? Zur Aktualität der ursprünglichen Akkumulation. Das Argument, v. 46, n. 257, p. 721–731, 2004a.
- GÖRG, Christoph. Inwertsetzung. Historisch-kritisches Wörterbuch des Marxismus, Hamburg [u.a.]: Argument-Verl, 2004b. IV S., p. 1501–1506.
- GÖRG, Christoph. Von der nachholenden zur nachhaltigen Entwicklung – und wieder zurück. Vom Schicksal der Naturverhältnisse in der Entwicklungsdiskussion. In: GERLACH, O.; KALMRING, S.; KUMITZ, D.; NOWAK, A. (Org.). Peripherie und globalisierter Kapitalismus. Zur Kritik der Entwicklungstheorie. 1. ed., Frankfurt am Main: Brandes & Apsel, 2004c., p. 150–174.
- GÖRG, Christoph. Peripherie Stichwort. Gesellschaftliche Naturverhältnisse. Peripherie, v. 28, n. 112, p. 477–479, 2008.
- GREENPEACE. How Unilever palm oil suppliers are. Burning up Borneo. 2007. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/international/Global/international/planet-2/report/2009/10/how-unilever-palm-oil-supplier.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2012.
- GREENPEACE. The hidden Carbon Liability of Indonesian Palm Oil. 2008. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/international/Global/international/planet-2/report/2008/5/hidden-carbon-liability-of-palm-oil.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2012.
- HALL, Stuart. Antonio Gramscis Erneuerung des Marxismus und ihre Bedeutung für die Erforschung von 'Rasse' und Ethnizität. In: STUART HALL (ORG.). Ideologie, Kultur, Rassismus. Ausgewählte Schriften 1, Hamburg [u.a.]: Argument, 1989. p. 56–91.
- HARVEY, David. The new imperialism. Oxford; New York: Oxford University Press, 2005.
- HARVEY, David. Kleine Geschichte des Neoliberalismus. 1. ed. Zürich: Rotpunktverl., 2007.
- HECHT, Susanna. Soybeans, Development and Conservation on the Amazon Frontier. Development and Change, v. 36, n. 2, p. 375–404, 2005.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; FURLAN JÚNIOR, José. Desenvolvimento da deindeicultura na Amazônia: Cronologia. In: MULLER, A. A.; FURLAN JÚNIOR JOSÉ (ORG.). Agronegócio do dendê: uma alternativa social, econômica e ambiental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia., Belém, 2001, p. 193–207.
- HOOIJER, Aljosja; SILVIUS, Marcel; WÖSTEN, Henk; PAGE, Susan. PEAT-CO2. Assessment of CO2 emissions from drained peatlands in SE Asia. MH Delft, 2006. 41 p. Disponível em: <<http://www.wetlands.org/LinkClick.aspx?fileticket=NYQUDJI5zt8%3D&tabid=56>>. Acesso em: 26 out. 2012.
- HURTIIENNE, Thomas. Agricultura Familiar na Amazônia Oriental. Uma comparação dos resultados da pesquisa socioeconômica sobre fronteiras agrárias sob condições históricas e agroecológicas diversas. Novos Cadernos NAEA, V. 2, Nr. 1, p. 75–94, 1999. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/sil/11_06_CST_310/Referencias/Amz_desmat/pop_geral_AMZL/trab248.pdf>. Acesso em: 19 out. 2011.
- HURTIIENNE, Thomas. Análise socioeconômica dos sistemas de uso de terra por pequenos produtores agrários na Amazônia oriental. Novos Cadernos NAEA, v. 7, n. 2, p. 191–272, 2004.
- HURTIIENNE, Thomas. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amzônia. Novos Cadernos NAEA, v. 8, n. 1, p. 19–71, 2005.
- HÜTZ-ADAMS, Friedel. Palmöl: vom Nahrungsmittel zum Treibstoff? Entwicklungen und Prognosen für ein umstrittenes Plantagenprodukt. Stuttgart, 2011. 36 p. Disponível em: <http://www.suedwind-institut.de/fileadmin/fuerSuedwind/Publikationen/2011/2011-2_Palmoel_Langfassung.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2012.
- IBGE. Mapa de Pobreza e Desigualdade - Municípios Brasileiros 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pa&tema=mapapobreza2003>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

- IBGE. Pará. Lavoura Permanente 2009., 2009. Disponível em: <www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pa&tema=lavourapermanente2009>. Acesso em: 14 jan. 2012.
- IBGE. Censo Demográfico, 2010a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pa>>. Acesso em: 10 jul. 2012.
- IBGE. Indicadores Sociais Municipais 2010: incidência de pobreza é maior nos municípios de porte médio, 2010b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2019&id_pagina=1>. Acesso em: 28 fev. 2013.
- KALMRING, Stefan. Vorläufige Thesen zu einer Reformulierung des Konzepts der "wiederholten ursprünglichen Akkumulation". Unveröffentlichtes Manuskript. Berlin, 2006.
- KELLY, Alice B. Conservation practice as primitive accumulation. *Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 4, p. 683–70, 2011.
- LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Introdução. Notas sobre expansão de fronteiras e desenvolvimento na Amazônia. In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A. E. de (Org.). *Amazônia A fronteira agrícola 20 anos depois*, Belém: Edições CEJUP, 1992. p. 9–20.
- LITTLE, Peter D.; WATTS, Michael (Ed.). *Living under contract. Contract farming and agrarian transformation in Sub-Saharan Africa*. Madison, Wis: University of Wisconsin Press, 1994.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Die Akkumulation des Kapitals. Ein Beitrag zur ökonomischen Erklärung des Imperialismus*. Berlin: Vereinigung internationaler Verlags-Anstalten, 1923.
- Plano Agrícola e Pecuária. 2010/2011. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/planos%20e%20programas/Plano_Agricola_WEB.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2012.
- Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013, 2012. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Politica_Agricola/Plano%20Agr%C3%ADcola%202012_2013/PAP2012-2013_livroWEB%20-%20Atualizado.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2012.
- MARTINS, José Souza de. *Fronteira. A Degradação do Outro nos Confins do Humano*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- MARX ENGELS WERKE (MEW) 42. 2. ed. Berlin: Dietz, 2005.
- MCCARTHY, John F. Process of inclusion and adverse incorporation: oil palm and agrarian change in Sumatra, Indonesia. *The Journal of Peasant Studies*, v. 37, n. 4, p. 821–850, 2010.
- MDA. Cartilha de Acesso ao PRONAF. Saiba como obter crédito para a agricultura familiar. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/\\$File/NT00044052.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/$File/NT00044052.pdf)>. Acesso em: 27 jul. 2012.
- MDA. Plantação de palma de óleo ganha força no Pará, 4 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/noticias/materia-prima/dende/plantacao-palma-forca-para-040612.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2012.
- MONTEIRO, Ádima Farias. *Produção de dendê e mudança no modo de vida camponês no município de Moju no estado do Pará*, 2011.
- MÜLLER, Antonio Agostinho; FURLAN JUNIOR, José; CELESTINO FILHO, Pedro. *A Embrapa Amazônia Oriental e o Agronegócio do Dendê no Pará*. Disponível em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/394940/1/Doc257.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2011.
- NAHUM, João; MALCHER, Tiago. Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia: A Dendeicultura na Microregião de Tomé-Açu (PA). *Confins*, v. 16, p. 1–20, 2012. Acesso em: 28 nov. 2012.
- NALEPA, A. Rachel; BAUER, Dana Marie. Marginal lands: the role of remote sensing in constructing landscapes for agrofuel development. *Journal of Peasant Studies*, v. 39, n. 2, p. 403–422, 2012.
- OECD/FAO. *OECD-FAO Agricultural Outlook, 2012-2021*. Paris: OECD/FAO, 2012. 1 online resource (281). ISBN 978-92-64-17307-1 (PDF). Disponível em: <<http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/fulltext/5112051e.pdf?expires=1350645522&id=id&accname=ocid54016459&checksum=6A46962D794464A2E96AEC8CCFE4C599>>. Acesso em: 19 out. 2012.
- PEET, Richard; WATTS, Michael J. (Ed.). *Liberation ecologies. Environment, development, social movements*. 2. ed. London: Routledge, 2010.
- PELUSO, Nancy; LUND, Christian. New frontiers of land control. *Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 4, p. 667–681, 2011.

- PYE, Oliver. Nachhaltige Profitmaximierung. Der Palmöl-Industrielle Komplex und die Debatte um "nachhaltige Biotreibstoffe". *Peripherie*, v. 112, n. 28, p. 429–455, 2008.
- REPORTER BRASIL. Brazil of Biofuels. Animal Fat, Palm Oil, Cotton, Jatropha, Sunflower and Rapeseed. Impacts of Crops on Land, Environment and Society., 2009. Disponível em: <www.reporterbrasil.org.br/documentos/brazil_of_biofuels_v5.pdf>. Acesso em: 10 out. 2011.
- ROBBINS, Paul. *Political Ecology - A Critical Introduction*. 2. ed. Chichester: Wiley-Blackwell, 2010.
- SILVA, Felix Lélis da; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; PENA, Heriberto Wagner Amanajás
- Pena. O cultivo de dendezeiro na Amazônia: Promessa de um novo ciclo econômico na região. *Observatorio de la Economía Latinoamericana. Economía do Brasil*, n. 158, 2011. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/11/shp.html>>. Acesso em: 3 nov. 2012.
- TEOH, Cheng Hai. Key Sustainability Issues in the Palm Oil Sector. A Discussion Paper for Multi-Stakeholders Consultations, 2010. Disponível em: <[http://www.ifc.org/ifcext/agricconsultation.nsf/AttachmentsByTitle/Discussion+Paper/\\$FILE/Discussion+Paper_FINAL.pdf](http://www.ifc.org/ifcext/agricconsultation.nsf/AttachmentsByTitle/Discussion+Paper/$FILE/Discussion+Paper_FINAL.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2012.
- TRECCANI, Girolamo Domenico. *Violência e Grilagem: Instrumentos de Aquisição da Propriedade da Terra no Pará*. Belem, 1998.
- TRECCANI, Girolamo Domenico. *Regularizar a terra: um desafio para as populações tradicionais de Gurupá*. Belem, 2006.
- USDA. Brazil. Basic Information. Disponível em: <<http://www.ers.usda.gov/topics/international-markets-trade/countries-regions/brazil/basic-information.aspx>>. Acesso em: 23 jan. 2013.
- USDA. Gain Report. Brazil. Biofuels Annual. Annual Report 2012. São Paulo, 2012b. Disponível em: <http://gain.fas.usda.gov/Recent%20GAIN%20Publications/Biofuels%20Annual_Sao%20Paulo%20ATO_Brazil_8-21-2012.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2013.
- USDA. Table 11: Palm Oil: World Supply and Distribution, Mai 2013. Disponível em: <<http://www.fas.usda.gov/psdonline/psdreport.aspx?hidReportRetrievalName=BVS&hidReportRetrievalID=710&hidReportRetrievalTemplateID=8>>. Acesso em: 23 mai. 2013.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária. Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- VIDAL, John. The great green land grab. *The Guardian*, 13 fev. 2008. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/environment/2008/feb/13/conservation>>. Acesso em: 8 jan. 2013.
- WISSEN, Markus. Die Materialität von Natur und gebauter Umwelt. In: DEMIROVIĆ, A. (Org.). *Kritik und Materialität*, Münster: Westfälisches Dampfboot, 2008.
- ZELLER, Christian (Ed.). *Die globale Enteignungsökonomie*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2004.
- ZELLER, Christian. Die Natur als Anlagefeld des konzentrierten Finanzkapitals. In: SCHMIEDER, F. (Org.). *Die Krise der Nachhaltigkeit. Zur Kritik der politischen Ökologie*, Frankfurt, M. [u.a.]: Lang, 2010.

Sobre a autora

Maria Backhouse é socióloga e pesquisadora assistente no Instituto de Estudos Latino-Americanos da *Freie Universität Berlin*. Sua tese de doutorado sobre os conflitos sócio-ecológicos decorrentes da expansão da produção de óleo de palma no Pará é realizada no âmbito do projeto “Fair Fuels? Entre sucumbir ou mudar as fontes de energia: uma multidimensional análise sócioecológica da política transnacional para biocombustíveis”, que é financiado pelo Ministério Alemão da Educação e Pesquisa Científica (BMBF).

